CONTA SATÉLITE DE CULTURA E AUDIOVISUAL

história, conceitos e experiências internacionais[1]

CULTURE AND AUDIOVISUAL SATELLITE ACCOUNT: HISTORY, CONCEPTS AND INTERNATIONAL EXPERIENCES

Carla Daniela Rabelo Rodrigues[2]

1 Artigo fruto de projeto de pesquisa desenvolvido na Unila sobre Políticas Públicas para o Audiovisual, com outros resultados parciais também apresentados no Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ressalta-se a finalização do projeto em outubro de 2025 devido à mudança institucional da pesquisadora.

2 Professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Professora Permanente do PPGHIS/UNILA. Doutora e Mestra em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Integra o GT e de Políticas Culturales de CLACSO. E-mail: procarlarabelo@gmail.com

RESUMO

O trabalho discute a presença do Audiovisual na Conta Satélite de Cultura (CSC). Parte-se de discussões históricas e conceituais sobre criação de uma CSC, para, então, apresentar alguns exemplos latino-americanos e a necessidade de consolidação no Brasil. Além disso, amplia o debate, defendendo a proposta de um levantamento periódico de informações e indicadores do Audiovisual como política de Estado. Como estudo de caso utilizou-se o México por meio de seu anuário, que apresenta dados do audiovisual advindos da conta satélite da cultura do país. Pretende-se, portanto, contribuir com as reflexões sobre indicadores e políticas culturais, e do fortalecimento da CSC como política pública contínua, com especial dedicação ao setor audiovisual. O trabalho localiza-se como uma contribuição aos estudos sobre retomada das políticas para o audiovisual, pondo em relevo como os dados são produzidos, seus usos, metodologias e os índices de diversidade e desenvolvimento humano.

Palavras-chave: audiovisual, conta satélite de cultura, políticas para o audiovisual, informações e indicadores, políticas culturais.

ABSTRACT

This paper discusses the presence of Audiovisual in the Culture Satellite Account (CSA). It starts with historical and conceptual discussions on the creation of a CSA, and then presents some Latin American examples and the need for consolidation in Brazil. It also broadens the debate by defending the proposal for a periodic survey of audiovisual information and indicators as a state policy. As a case study, Mexico was used through its yearbook, which presents audiovisual data from the country's cultural satellite account. The aim is therefore to contribute to reflections on indicators and cultural policies, and the strengthening of CSA as an ongoing public policy, with a special focus on the audiovisual sector. The work is seen as a contribution to studies on the resumption of audiovisual policies, highlighting how the data is produced, its uses, methodologies and the indices of diversity and human development.

Keywords: audiovisual, cultural satellite account, audiovisual policies, information and indicators, cultural policies.

Introdução à conta satélite da cultura

A Cultura é transversal a todos os setores e sua importância na economia provoca a necessidade de obter informações e indicadores para a tomada de decisões e que sirvam de base para criação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas. Diante dessa demanda, uma Conta Satélite da Cultura[3] (CSC) torna-se imprescindível por ser um instrumento de medição que orbita em torno de um Sistema de Contas Nacionais (SCN) de determinado país ampliando as possibilidades de análises aprofundadas do quanto o setor impacta no Produto Interno Bruto (PIB). Muitos países, incluindo o Brasil, utilizam as contas satélites para medir economicamente setores como saúde, turismo, meio ambiente, agronegócio, entre outras, no intuito também de obter indicadores agregados e resultados setoriais da atividade produtiva. A nomenclatura "satélite" está relacionada ao que é adicional e suplementar, algo específico que gira ao redor de um sistema econômico macro. Uma Conta Satélite da Cultura avalia as atividades criativas no PIB e já existe nos seguintes países: Estados Unidos, Canadá,

3 São escassas as publicações sobre a Conta Satélite de Cultura no Brasil, e mais ainda sobre a presença do Audiovisual, o que fortalece a necessidade urgente do debate, e também deste trabalho.

Espanha, Portugal, Holanda, Áustria, Lituânia, Finlândia, República Tcheca, Austrália, Japão, Peru, Paraguai, Equador, Bolívia, Chile, Colômbia, Uruguai, Venezuela, México, Costa Rica, Cuba, Panamá, República Dominicana.

Observa-se que na construção dos objetivos de uma CSC, os governos devem garantir a confiabilidade das estatísticas produzidas (Valiati e Morrone, 2014). Por conta disso, os governos de países da América Latina reuniram esforços para o desenvolvimento de um manual metodológico, norteador do processo de estimação da Conta Satélite de Cultura. O Convênio Andrés Bello (CAB), organismo internacional e intergovernamental, apontou as etapas fundamentais para a concretização de uma Conta Satélite. A primeira etapa na estimação da CSC é como a definição de cultura será adotada.

As definições mais usadas sobre o setor cultural são: a do CAB e a da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para o CAB, cultura é um conjunto de produtos e atividades humanas cuja principal finalidade seja criar, expressar, interpretar, conservar, e transmitir conteúdos simbólicos. A UNESCO coloca a cultura como um campo mais amplo que considera as dimensões espirituais, materiais e afetivas de uma sociedade. "A atividade cultural incluiria: artes, letras, sistema de valores, modos de vida, direitos fundamentais, tradições e crenças" (Valiati e Morrone, 2014, p.09).

Está presente na discussão sobre criação de uma Conta Satélite de Cultura o conceito de ciclo cultural. Para a UNESCO, o ciclo cultural abarca as diferentes etapas de criação, produção e difusão da cultura. Nesse enfoque, a cultura pode ser entendida como produto de um conjunto de processos afins. Tais processos podem ou não estar institucionalizados ou regulados pelo Estado. Outro conceito mais amplo de um setor que inclui atividades não formais, amadoras e outras atividades não mercantis foi denominado "domínio" como uma forma de indicar que ele abrange atividades econômicas relacionadas ao mercado, bem como atividades sociais não mercantis.

O ciclo cultural inclui cinco etapas que se apresentam num modelo cíclico, não hierárquico, para destacar a noção de que as relações podem ser complexas e se dão preferentemente, como partes de uma rede (Valiati e Fialho, 2017): criação, produção, disseminação, exibição/recepção/transmissão, e consumo/participação.

Alguns países construíram suas contas satélites levando em consideração os conceitos, modelos e marcos regulatórios internacionais, como o exemplo do Peru que estabeleceu os seguintes objetivos:

- Objetivo geral: Construir um sistema de informação cultural fiável, consistente e continuamente atualizado que permita medir o PIB e os indicadores em termos físicos e monetários que possibilitem compreender as características econômicas da cultura peruana, a fim de orientar a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões nas esferas pública e privada.
- Objetivos específicos: elaborar a conta satélite da cultura por atividade econômica e setores culturais e indicadores de mercado e não-mercado de curto, médio e longo prazo, em termos físicos e monetários, para compreender as principais características econômicas da cultura; promover e socializar na esfera pública e privada a utilização destas contas e indicadores para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas, bem como para a tomada de decisões; analisar e avaliar o desempenho das atividades culturais por setor cultural; estabelecer bases metodológicas, em coordenação com instituições públicas e privadas relacionadas com as atividades culturais, que permitam a harmonização e a transparência dos resultados obtidos e a comparabilidade internacional; construir uma base de dados e um sistema de informação cultural de atualização permanente, em coordenação com todas as fontes públicas e privadas de informação cultural (*Cuantificando la Cultura – Aproximación a la Cuenta Satélite de Cultura*[4], 2015, p. 10 – tradução livre).

4 Disponível em: https://www.infoartes.pe/wp-content/uploads/2021/07/Cuantificando-la-Cultura-Aproximaci%C3%B3n-de-la-CSC.pdf.pdf

Na história de criação de sua Conta Satélite de Cultura (CSC) em 2012, o Peru[5] se junta com Bolívia, Colômbia e Equador, todos países andinos, e acordam implementar suas CSC com o propósito de aplicar metodologias homogêneas e comparáveis. A proposta aproveita o grupo da *Comunidad Andina de Naciones (CAN)* como espaço de integração regional para seguir as orientações propostas pelo manual criado em 2009 pelo *Convenio Andrés Bello (CAB)* sobre as contas satélites de cultura e elaborar uma normativa regional vinculada ao *Programa de Armonización de Estadísticas y Cuentas Satélite de la Cultura (Decisión 782 de la CAN)*, aprovada em março de 2013. Um dos resultados dessa cooperação na produção de dados foi a publicação do livro *Mediciones Culturales. Resultados del proyecto: elaboración e implementación de la Cuenta Satélite de Cultura (CSC) en los países del área andina*. O livro é produto do exaustivo estudo sobre o impacto das atividades culturais na economia numa parceria entre os Ministérios da Cultura e Institutos de estatísticas do Peru, Bolívia, Colômbia e Equador com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) por meio do *Fondo de Cooperación para el Desarrollo*.

A Colômbia é referência na constituição de sua Conta Satélite da Cultura. Dentre os objetivos estipulados para a plena mensuração estatística da cultura estão: estabelecer a magnitude da atividade cultural na economia nacional; fornecer instrumentos para tomada de decisão, definição e avaliação de políticas culturais; criar um sistema de informação contínuo, confiável e comparável, permitindo análise econômica consistente; identificar, no Sistema de Contas Nacionais (SCN), o conjunto de atividades do setor cultural; permitir comparações setoriais e internacionais; detectar, por meio das informações geradas, os pontos fortes e limitações do setor; além de enriquecer a análise econômica da cultura com indicadores não monetários (Dane, 2007 apud Valiati e Fialho, 2017).

5 Fonte: SIICA – Sistema de Información de las Industrias Culturales y Artes.

Na América Central, a Costa Rica foi um dos países que adotou a metodologia do CAB. No relatório produzido por Valiati e Morrone (2014), consta que este país iniciou o projeto de construção da Conta Satélite da Cultura em meados de 2011. Os objetivos foram principalmente revelar o impacto das atividades culturais na economia do país e empregar uma metodologia que permitisse a harmonização das estatísticas regionalmente e internacionalmente. Seguindo a metodologia e definição de cultura desenvolvida pelo CAB, o governo realizou cinco fases na elaboração da CSC: fase 1, identificação dos agentes que formam o setor; fase 2, coleta da informação monetária; fase 3, organização e análise das informações; fase 4, construção dos indicadores; e, por fim, divulgaram-se os resultados na fase 5. Destaca-se que a Costa Rica é um país que publica relatório periódico, como a publicação "El Sector Audiovisual de Costa Rica: datos y competitividad". Tal publicação é fruto da *Cuenta Satélite de Cultura de Costa Rica* (CSCCR) que leva em consideração medições específicas do setor audiovisual.

Na Argentina, a CSC é elaborada pela *Dirección Nacional de Cuentas Nacionales* (DNCN) do *Instituto Nacional de Estadítica y Censos* (INDEC) em conjunto com a *Secretaria de Cultura de la Nación*, por meio do *Sistema de Información Cultural de la Argentina* (SINCA). Costumam publicar dados sobre valor agregado bruto cultural, comércio exterior cultural, consumo privado cultural, e sobre trabalho no campo da cultura. O setor audiovisual é monitorado a partir de dados monetários e não monetários, explorando informações sobre arrecadação, número de espectadores, estreias, acessos a tv paga, entre outros. Segundo a Conta Satélite de Cultura Argentina, o setor audiovisual gerou 86.423 postos de trabalho no setor privado, o que representou 29,1% das indústrias culturais e 0,4% do emprego total da economia do país. Em 2022, a empregabilidade cultural cresceu 4%, um ponto percentual maior que a média geral da economia com 3%. De todos os setores culturais, o Audiovisual é o que mais contabiliza postos de trabalho. Em 2023,

o comércio exterior de bens e serviços culturais correspondeu quase totalmente aos serviços audiovisuais argentinos.

No Brasil, embora com uma Conta Satélite da Cultura (CSC) presente no horizonte histórico-político e tendo estado em discussão sobre sua importância e implementação, o instrumento ainda não se concretizou. Em 2004, por meio de acordo de cooperação, o Ministério da Cultura e o IBGE criaram o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) como uma ferramenta para criação da conta satélite. O SIIC é uma publicação do IBGE com 6 edições: a 1a em 2003, a 2a edição com dados de 2003-2005, a 3a edição com dados de 2007-2010, a 4a edição publicada em 2019 (2007-2018), a 5a edição saiu em 2021 (2009-2020) e a 6a edição (2011-2022) em 01/12/2023. A 7a edição está prevista para dezembro de 2025. O SIIC tem objetivo de fazer uma compilação e um recorte de pesquisas relacionadas ao tema da Cultura entendida tanto como atividade econômica quanto como um direito de todos. A proposta é retratar o setor cultural, servir de instrumento para elaboração de políticas públicas de cultura, subsidiar decisões de investimentos públicos e privados, e fomentar estudos acadêmicos.

Trata-se, portanto, de um banco de dados de bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, e transparência entre outros, disponível para toda a sociedade. A plataforma cumpre também o importante papel de suporte à implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC), que define ações públicas de cultura. O conceito que orienta a implementação da plataforma introduz a participação direta dos usuários interessados, seja na complementação dos dados apresentados no sistema pela dimensão pública, ou na participação direta na formulação e monitoramento dos projetos e políticas culturais, chamada de governança colaborativa. Cabe ao Ministério da Cultura (MinC) coordenar um processo de estruturação para os sistemas de informações locais, desde uma rede nacional[6]. A partir

6 O Mapa Cultural é um instrumento que contribui para esse mapeamento colaborativo dos dados capilares do país.

das oportunidades que a formatação em rede implicou, o SIIC propôs uma interface dinâmica e viva, que contribui para a produção, gestão e difusão da produção e da diversidade cultural e artística brasileira. Dentro das novas estruturas de governança, o SIIC se apresenta, também, um instrumento de transparência dos investimentos públicos no setor cultural, servindo como ferramenta de monitoramento e avaliação para os gestores e para toda a sociedade. Um mecanismo com relações diretas com o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e, mais recentemente, com a Secretaria dos Comitês de Cultura, com a Secretaria da Economia Criativa e Fomento Cultural, e com a Secretaria do Audiovisual. Observa-se ainda a necessidade e continuidade de inclusão de dados do setor cultural nas pesquisas do IBGE como a PNAD, a MUNIC e a ESTADIC, a exemplo de como foi executado no suplemento de Cultura.

Embora o SIIC seja uma fonte importante de dados, não substitui a presença robusta de uma Conta Satélite de Cultura (CSC) enquanto mecanismo de amparo à governança. Em 2011, houve a criação de um Comitê Gestor para a CSC que iniciou seus trabalhos e dentre as principais decisões do grupo executivo, ressaltam-se:

A. A definição de escopo de cultura para CSC do Brasil: "Características, crenças, convenções, modos de vida, costumes, imaginários,sistemas de valores e práticas individuais e coletivas simbólicas vigentes em um grupo".

B. A definição operacional de cultura: "As atividades culturais, para efeito da conta satélite de cultura, são as atividades humanas, compreendidas em sua dimensão econômica, que criam, expressam, interpretam, preservam e transmitem conteúdo simbólico na produção de bens e serviços."

C. A seleção de atividades culturais a partir da CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

Portanto, no caso brasileiro, os esforços para desenvolvimento de uma conta satélite de cultura foram realizados pelo MinC, que, a partir do Comitê Gestor das Contas de Cultura no Brasil, por meio do grupo executivo, definiu o conceito operacional de cultura. A partir de tal conceito, o comitê definiu uma listagem de Códigos Nacionais de Atividade Econômica (CNAEs) que caracterizam os setores culturais no Brasil – baseados na abordagem de ciclo cultural adotada pela UNESCO e pelo CAB.

A discussão que orientou essas primeiras iniciativas de criação da CSC no Brasil seguiu alinhada com os modelos metodológicos da UNESCO e do CAB para manutenção de uma mesma base comum de diálogo com objetivo também da compreensão sobre o ciclo cultural no país, atores culturais envolvidos e proporcionar embasamento para tomada de decisões em âmbitos público e privado. A terminologia que costuma ser adotada emprega o termo Setores Culturais e Criativos (SCC), cobrindo dez grupos de atividades econômicas: arquitetura, artes, audiovisual, *design*, editoração, entretenimento, formação, gestão, música, e patrimônio (Valiati e Fialho, 2017). Essas foram as CNAEs incluídas pelo grupo executivo.

O Audiovisual abarca o maior número de itens de CNAEs, somando onze códigos cadastrados oficialmente, seguidos de editoração com oito códigos, depois música com quatro códigos, entre outras atividades que aparecem com menores entradas de códigos disponíveis (design, patrimônio etc). As 11 áreas do audiovisual, embora não atualizadas com as novas atividades do mercado, são: aluguel de fitas, vídeo, dvd, etc; operadoras de televisão por assinatura por satélite; operadoras de televisão por assinatura por microondas; operadoras de televisão por assinatura por cabo; tv aberta; tv por assinatura; atividades de rádio; exibições cinematográficas; distribuição cine, vídeos, programas tv; pós-produção cine, vídeos, programas tv; produção cine, vídeos, programas tv.

Ao levarmos em consideração o conceito de ciclo cultural presente na construção de uma conta satélite, analisamos que o audiovisual

percorre esse conceito historicamente em sua práxis. Inclusive, a expressão "cadeia" (cadeia audiovisual) vem sendo questionada e até mesmo substituída por "ecossistema" (ecossistema audiovisual), indo ao encontro dessa busca por uma nomenclatura que melhor imprima o fluxo amplo e diverso que envolve não somente a produção de uma obra audiovisual, mas tudo o que está relacionado a ela como, por exemplo, pesquisa, formação e preservação. O monitoramento do setor deve envolver essa ideia de ciclo cultural, numa perspectiva de amplitude das informações e indicadores específicos.

Informações e indicadores do audiovisual: panorama dos dados produzidos no Brasil em 2023

Com acesso à produção de informações e indicadores observa-se que o audiovisual brasileiro conquistou ainda mais relevo na sociedade contemporânea na primeira década do século XXI e isso se deve às transformações tecnológicas ocorridas durante o período, em parte por conta do papel central que a linguagem audiovisual vem ganhando nas dinâmicas sociais do globo (Calabre e Tavares, 2021). No Brasil, assim como em outros países, imagens e sons circulam com diversos formatos e por múltiplos suportes e plataformas. Muitas das ideias e das formas de estar no mundo contemporâneo são fruto das nossas experiências audiovisuais que, em última instância, conformam as tendências da nossa visualidade e da escuta da existência humana (Mantecon, 2017). Cabe destacar que o audiovisual brasileiro é parte inerente de nossa história e se conforma numa indústria que, embora com algumas descontinuidades e instabilidades (Autran, 2013; Ikeda, 2021), ganhou centralidade no campo cultural no país e fora dele.

Especialmente a partir de 2023, as Políticas para o Audiovisual foram marcadas por uma retomada de ações importantes como a articulação do Governo Federal com estados, municípios e Distrito Federal para a execução da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional

Aldir Blanc (PNAB); a reconstrução dos mecanismos institucionais de governança, como os novos Conselho Superior do Cinema e Comitê Gestor do FSA, e a retomada de ações de fomento; a prorrogação da Lei do Audiovisual, a renovação das Cotas de Tela e a aprovação do Marco Legal do Fomento à Cultura; a realização da IV Conferência Nacional de Cultura e a formulação em curso do Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual; a retomada de programas de exportação, o estabelecimento de novos acordos de cooperação internacional e os avanços para a formação de uma Film Commission Nacional; o desenvolvimento do modelo de governança para implantação da Rede Nacional de Arquivos e Acervos Audiovisuais Brasileiros para a futura criação do Programa Nacional de Preservação Audiovisual; a cooperação com o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, que resultou na inclusão do audiovisual no Conselho Nacional de Desenvolvimento da Indústria e no Programa Nova Indústria Brasil, em curso; e a retomada de parceria com o Ministério da Educação para a elaboração do Programa Nacional de Cinema na Escola, entre outras ações.

O endereçamento de debates sobre indicadores do cinema e audiovisual no Brasil abre oportunidades a novas propostas como a criação de uma base nacional de coleta de dados primários, aos moldes de como foi feito na Conta Satélite da Argentina, onde as entidades representativas do setor Audiovisual enviaram os dados disponíveis para alimentar a CSC. Ressaltamos que no Brasil há um modelo em andamento semelhante, o Mapa da Cultura[7], cujo objetivo é obter dados de modo colaborativo para amparar as gestões públicas em âmbitos federal, estadual e municipal.

Essa proposta se ancora num dos maiores desafios do setor audiovisual no Brasil atualmente, que é a contínua produção e interpretação de informações e indicadores que cartografe a dimensão, o crescimento do setor e sua direta relação com o PIB. Observa-se que o levantamento de dados quantitativos e qualitativos tem sido

7 https://mapa.cultura.gov.br/

produzido sem periodicidade definida, principalmente devido às instabilidades políticas, o que provoca diagnósticos espaçados e sem uma linha interpretativa que assegure ao longo do tempo as tomadas de decisões mais assertivas. Pesquisas têm sido elaboradas por órgãos públicos e privados sob encomenda de agentes econômicos do ecossistema audiovisual, como produção e distribuição entre outros, a fim de mensurar as principais necessidades ou os principais avanços.

No âmbito privado ou mais relacionado ao mercado, destacamos o estudo divulgado em 2023 feito pela Deloitte sob encomenda da Netflix que assevera o aumento da empregabilidade do setor no Brasil e projeta que até 2030 o segmento audiovisual no mundo deve crescer em média 7,2% a cada ano. Também difundido em 2023, o estudo da Oxford Economics encomendado pela Motion Picture Association (MPA) fundamenta o quanto a indústria audiovisual tem efeito multiplicador no PIB do Brasil.

Algumas pesquisas nacionais provenientes do setor público[8] forneceram no último ano de 2023 alguns elementos para análises cruzadas de dados como o Painel Interativo da ANCINE: "Indicadores do Mercado de Exibição" que aponta para 2024 como ano de retomada do setor e toma como exemplos os filmes "Minha Irmã e Eu", "Mamonas Assassinas: o Filme", além de produções promissoras como "Nosso Lar 2 – os mensageiros", e Auto da Compadecida 2. A Agência Nacional do Cinema (ANCINE) havia publicizado também seu balanço anual de investimentos no setor. O IBGE publicou em dezembro de 2023 o resultado de pesquisa sobre o Mercado das Indústrias Criativas no Brasil (MICBR) no qual demonstra que o audiovisual emprega 14,6% de assalariados de todo o setor criativo, embora contraditoriamente seja também o que mais demarca as

8 Destaca-se que neste ano de 2024, o governo federal lançou o Painel Geral de Dados da Lei Paulo Gustavo (LPG) apresentando a consolidação de informações sobre o valor recebido pelos entes federativos, o montante utilizado até a data de atualização e o saldo atual em conta. Como os dados não estão consolidados e este trabalho centra-se nos dados divulgados em 2023, não analisaremos este painel.

desigualdades regionais quando ratifica a permanente dificuldade da região Norte no acesso às salas de cinema.

Estados e municípios têm encomendado ou desenvolvido suas pesquisas tanto para ação local, quanto para justificativa do impacto em âmbito nacional, como o caso da SPCINE por meio de seu Observatório Spcine. O órgão municipal encomendou à Fundação Instituto de Pesquisas Socioeconômicas (FIPE) a pesquisa "Impactos Socioeconômicos do Setor Audiovisual Paulistano"[9], divulgada em 2023, que dispõe entre outros dados sobre o quanto o Audiovisual de São Paulo contribui com o PIB e melhora os indicadores econômicos da cidade e do país. Uma estratégia de se colocar no jogo da disputa por investimentos e políticas públicas direcionadas a quem mais incide positivamente na economia audiovisual. O relatório constata que há poucos estudos focados especificamente no setor e que na maioria dos casos, é feita uma análise generalista de setores relacionados à economia cultural e criativa. Aponta ainda que no Brasil, a maioria das publicações não oferece uma descrição clara acerca dos procedimentos metodológicos utilizados na mensuração do setor audiovisual. Segundo o relatório da SPCINE, existiria uma carência em termos de dados específicos o que leva a concluir que há espaço para criação de uma conta satélite para o setor cultural e criativo, com destaque ao setor audiovisual.

O AUDIOVISUAL NA CONTA SATÉLITE DE CULTURA: O CASO DO MÉXICO

São vários os países que estão desenvolvendo medições específicas sobre o Audiovisual a partir de suas Contas Satélites de Cultura, tais como: México, Equador, Peru, Chile, Colômbia, Costa Rica, Uruguai, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Portugal, Holanda, Áustria, Lituânia, Finlândia, República Tcheca, Austrália e Japão. Importante observar como cada país monitora suas atividades

9 Disponível em: https://spcine.com.br/wp-content/uploads/Relatorio-FIPE.pdf

do setor audiovisual[10] e quais dados denotam especificidades sobre seu contexto.

Tomaremos como exemplo para análise o México, por ser um país latino-americano cujo histórico audiovisual é semelhante ao do Brasil. Para isso, analisamos o *Anuario estadístico de cine mexicano 202311*, uma publicação do Instituto Mexicano de Cinematografia (IMCINE[12]) fruto da presença do setor de *Cine y Medios Audiovisuales* na *Cuenta Satelite de la Cultura de México*. O anuário apresenta a pesquisa, o registro e o monitoramento estatístico da atividade cinematográfica e audiovisual detalhados em diferentes áreas que compõem a atividade do setor. Foram produzidos vários indicadores e dados relevantes que contribuem para a análise, a reflexão e os diversos diálogos sobre o audiovisual mexicano.

De acordo com o anuário, em 2022, o PIB da cultura mexicana representou 2,9% do total do país e, entre 2008 e 2023, sua contribuição média para a economia nacional foi de 3,4%. Já o PIB da indústria cinematográfica em 2022 registrou um aumento de 36,8% em relação ao ano anterior, o que lhe permitiu recuperar um aumento médio de 6,3% desde 2008, superior ao crescimento do setor cultural como um todo, que foi de 1,1%. Para cada 1.000 pesos (cerca de 55 dólares) de PIB gerados pelo cinema, 669 pesos corresponderam à renda das empresas, 325 pesos à remuneração das famílias e seis pesos aos impostos de produção para o governo, aproximadamente. A indústria cinematográfica registrou 19.742 empregos em 2022, semelhante ao número de empregos empregados na indústria básica de ferro e aço do México, que foi de 19.784. Em uma base anual, o aumento foi de 2.014 empregos em relação ao ano anterior.

10 O monitoramento periódico de dados sobre o audiovisual latino-americano como um todo encontra-se publicado no Panorama Audiovisual Ibero-Americano 2023 - Entidade de Gestão para o Setor Audiovisual (EGEDA). Disponível em: https://www.egeda.com.br/EBr_Publicaciones_PAI2023.asp

11 *Anuário Estadístico de Cine Mexicano 2023*. Disponível em: https://anuariocinemx.imcine.gob.mx/Assets/anuarios/2023.pdf

12 Destacamos que o anuário é fruto da atuação gestão da diretora geral do Instituto Mexicano de Cinematografia (IMCINE), a importante cineasta: María Novaro Peñaloza.

Portanto, um setor que cresce de forma robusta no âmbito do desenvolvimento humano.

O país conseguiu mensurar e analisar a contribuição do setor audiovisual para a economia nacional a partir dos dados extraídos da conta satélite. Além disso, obteve informações estatísticas sobre: produção, treinamento, distribuição, exibição, infraestrutura, festivais e eventos cinematográficos, pessoal envolvido nas atividades do setor, presença do cinema mexicano nas plataformas digitais, estratégias de mídia digital, cinema mexicano transmitido pela televisão pública, prêmios recebidos em território nacional e desempenho e reconhecimento dos filmes mexicanos no exterior. Também foram extraídos dados sobre inclusão: a crescente participação de mulheres na produção cinematográfica, cineastas indígenas e afrodescendentes, cineastas comunitários e diferentes formas de produção cinematográfica experimental. Indicadores que apontam para questões como: perspectiva de gênero no cinema, a autorrepresentação audiovisual de povos originários e diferentes comunidades do mosaico multicultural do México, diversidade sexual e de gênero, cinema para crianças, acessibilidade ao cinema em diferentes regiões e para diferentes populações, e atenção às pessoas com deficiência.

Ao seguirmos a análise do que foi possível monitorar sobre o setor audiovisual a partir de uma conta satélite de cultura, percebemos que alguns dados produzidos pelo México em seu anuário trazem elementos diretamente associados ao fomento de políticas públicas tanto na rotina das atribuições do setor cultural, quanto em momentos de exceção como no caso da pandemia de covid19. Na edição de 2023, ao comparar os números históricos de longas-metragens produzidos por ano, o anuário revela que possível identificar uma tendência de padronização na produção audiovisual nacional após os efeitos da pandemia de covid-19 em 2020 e a queda drástica, nacional e internacionalmente, das atividades cinematográficas. Em 2023, foram produzidos 234 longas-metragens, mais do que em 2019, mas um pouco abaixo da produção de 2021 e 2022. Em 2021,

estimou-se que 56% dos longas-metragens mexicanos receberam apoio público para produção, no ano seguinte o número chegou a 46% e em 2023 foi de 44%. Um volume de 103 longas-metragens foi apoiados com dinheiro público em 2023, um número semelhante ao de 2019, quando 105 títulos foram apoiados. Constatou-se que ambos os números são mais altos do que nos 18 anos anteriores.

Outros dados foram incorporados, como os de exibição de filmes mexicanos em diferentes espaços de acesso, circulação e difusão cinematográfica estão fora dos grandes complexos cinematográficos comerciais. Para isso, foram acrescentadas duas novas seções: "O cinema mexicano em diferentes espaços de exibição" e "O cinema mexicano em festivais e eventos cinematográficos nacionais". Ambos os estudos oferecem uma visão geral estatística da oferta de filmes de longa e curta-metragem exibidos durante 2023. Foram registradas mais de 6.600 exibições de filmes mexicanos, com mais de 1.400 títulos em diferentes locais; com relação às exibições de filmes mexicanos em festivais e eventos de cinema, foram registradas mais de 14.100 exibições, incluindo mais de 3.500 títulos nacionais. O Anuário demonstra ainda a presença do cinema mexicano em várias plataformas digitais com informações sobre os 34 serviços de streaming que operam no país e o monitoramento de suas atividades nas áreas de produção, distribuição e exibição. Em 2023, foram 24 longas-metragens mexicanos (conteúdo local) produzidos pelas plataformas. O espaço oferecido por essas plataformas para títulos nacionais foi de 7% de suas ofertas de catálogo, uma redução de 2% em comparação com o ano anterior. Tema que aponta para o rápido avanço das plataformas e a ausência de uma robusta regulação do setor, tal como acontece no Brasil e outros países latino-americanos e caribenhos.

Os números fornecidos pelo anuário buscam documentar e informar sobre a presença do cinema mexicano na esfera digital, mas também problematizar algumas questões complicadas que envolvem o setor de VOD. Segundo o anuário, para ampliar os dados e gerar

novos indicadores, é necessário envolver e incentivar a participação constante das próprias plataformas digitais nos processos de transparência e de comunicação de informações, o que permitirá oferecer dados específicos sobre o comportamento do conteúdo em cada plataforma, os tempos de exposição, o alcance e os níveis de audiência. Atualmente, os indicadores estatísticos são obtidos a partir dos esforços de pesquisa interna realizados pelo IMCINE que pretende continuar trabalhando e buscando formas de colaboração com as empresas de streaming para que, nas próximas edições, as informações sejam reforçadas com transparência e precisão.

Dentre as mudanças na *Cuenta Satélite de la Cultura de México* (CSCM) está a desincorporação de várias atividades econômicas associadas à Internet em um bloco separado da mídia audiovisual. Seus três principais componentes são o acesso à Internet para fins culturais, o desenvolvimento de aplicativos e o conteúdo digital, como filmes ou séries baseados em assinatura. Das 10 áreas gerais em que a atividade cultural foi estruturada em 2022, o artesanato, o conteúdo digital e a Internet e a mídia audiovisual contribuíram com 55,9% do PIB gerado pelo setor cultural.

Outra característica do *Anuario Estadístico de Cine Mexicano 202313*, que monitora a presença do *Cine y Medios Audiovisuales* na *Cuenta Satelite de la Cultura de México*, é a consideração do diálogo com o setor acadêmico quando incorpora a produção de artigos científicos por pesquisadores, e a composição de um conselho editorial também composto por estudiosos de audiovisual com objetivo de fortalecer análises e reflexões aprofundadas que favoreçam o aprimoramento do setor. Por ter o compromisso de publicação contínua, o material acaba fornecendo registros históricos e comparativos anuais sobre cada campo e assunto estudado, ferramentas de informação necessárias que permitem analisar o desenvolvimento e a

13 *Anuário Estadístico de Cine Mexicano 2023*. Disponível em: https://anuariocinemx.imcine.gob.mx/Assets/anuarios/2023.pdf

transformação do setor cinematográfico mexicano, além de fornecer subsídios para políticas públicas.

O *Anuário* é, sem dúvida, um exemplo de compilação importante dos resultados do audiovisual na CSC e fornece um vasto panorama de informações sobre os avanços e dilemas do setor. O desenvolvimento de um espaço de observação específica sobre coleta e o monitoramento estatístico dessa natureza, infelizmente ainda não está no horizonte das discussões no Brasil.

Análise e considerações finais

Ao considerar esse cenário de retomada das pesquisas e estudos sobre o ecossistema audiovisual que aponta para um interesse e reconhecimento dos dados como basilares para a tomada de decisão tanto para criar ou fortalecer políticas públicas quanto para diagnósticos do mercado, observa-se a importância do cruzamento destas informações como também a urgência na consolidação da Conta Satélite de Cultura (CSC), com especial atenção ao Audiovisual por ser a linguagem artística com maior protagonismo industrial no Brasil.

Reitera-se que desde 2011, o Brasil tenta implementar a CSC cujo objetivo é medir o impacto da cultura no PIB e desenvolver mapeamentos mais qualificados de informações e indicadores, além de sistematizar dados econômicos incorporando temas como faturamento, produção, consumo, emprego e renda, aspectos regionais, entre outros. Por isso, o levantamento de evidências de pesquisas sem periodicidade serve para fundamentar que a criação de uma conta satélite enquanto política pública cultural de Estado, e não somente de um governo, evita que possíveis apagões dos dados não sejam mais uma realidade no Brasil como foi experimentado no último governo de extrema direita.

Nesse sentido, a Carta de Tiradentes[14] de 2024 propõe recomendações às políticas para o audiovisual:

14 A Carta de Tiradentes é fruto da Mostra de Cinema de Tiradentes: um festival cinematográfico

> É fundamental respeitar e estimular a multiplicidade e os diferentes tempos do cinema brasileiro, com a perspectiva de avançar em relação aos princípios que regeram a criação do Fórum – diversidade, descentralização, desenvolvimento econômico e social e a luta por uma democracia antirracista –, bem como a visão sistêmica do setor em suas dimensões de formação, preservação, produção e modos de circulação e difusão. Dentre os avanços obtidos, celebramos a reconstrução do Ministério da Cultura, a recriação da Secretaria Nacional do Audiovisual, o novo Conselho Superior do Cinema e sua composição inédita, com paridade de gênero e diversidade tanto étnico-racial quanto regional, e o fortalecimento da Ancine, resgatando o tripé institucional da política audiovisual. Celebramos também a aprovação, pelo Congresso Nacional, das leis que prorrogam as cotas de tela na TV por assinatura e nas salas de cinema. Destacamos ainda o lançamento da Frente Parlamentar Mista da Economia Criativa (Carta de Tiradentes, 2024).

Outras recomendações foram incorporadas à carta sobre temas como: descentralização de investimento e diversidade nas políticas públicas do audiovisual; dados, sistema de informações e indicadores; revisão de Instruções Normativas e desenvolvimento econômico; governança e participação social; direitos autorais; políticas para a preservação audiovisual brasileira; formação; política de promoção de acesso; ampliação do circuito de salas de cinema; superação da precarização do trabalho no audiovisual; Fundo Setorial do Audiovisual; Lei do Audiovisual; política internacional para o audiovisual brasileiro; Empresa Brasileira de Comunicação (EBC); marcos regulatórios; regulação do VoD/ Streaming.

que acontece anualmente na cidade histórica de Tiradentes, Minas Gerais. É um evento audiovisual de vanguarda que reúne as manifestações da arte numa programação cultural abrangente oferecida gratuitamente ao público.

No Congresso Brasileiro de Cinema e Audiovisual[15] (CBCA), realizado em dezembro de 2023 e espaço histórico de discussão de políticas públicas para o audiovisual, defendeu-se a regulamentação do Vídeo-on-Demand (VOD) fortalecendo a questão da propriedade patrimonial e intelectual das obras brasileiras como principal defesa da classe audiovisual. Dentre as principais recomendações do CBCA, que incluem formação[16], pesquisa, preservação, difusão e diversidade, estão a cota de tela para qualquer plataforma existente, propriedade intelectual como único ativo que os produtores têm e a segurança jurídica para poder operar no setor.

> Há uma construção discursiva e prática de um arranjo produtivo atual no qual um país latino-americano como o Brasil deve "se adaptar" ou "se encaixar". Precisamos nos questionar se isso não seria uma nova forma de colonização midiática. As produtoras independentes são frequentemente transformadas em prestadoras de serviços de produção. A atratividade imbatível está na velocidade de sua tomada de decisão, sua previsibilidade e a burocracia limitada de seus processos. A nova ideologia em muitos aspectos é antiga e guarda fortes semelhanças com o teor comercial que historicamente legitimou o modus operandi

15 O primeiro Congresso Brasileiro de Cinema e Audiovisual - CBCa, ocorreu em 1952, com participação dos principais produtores e cineastas do Brasil, e discutiu, pela primeira vez, a definição de filme brasileiro. O Congresso debateu a importação da película virgem, a sindicalização do setor, a formação de mão de obra, a organização institucional e a criação de uma distribuidora de filmes brasileiros. Em 2000, no terceiro Congresso, foi criada a Associação do Congresso Brasileiro de Cinema e Audiovisual, com objetivo de impulsionar o desenvolvimento do cinema nacional e promover os futuros congressos. O Congresso, como evento, é o mais antigo e representativo da indústria cinematográfica nacional. O Congresso Brasileiro de Cinema (ainda sem incluir o Audiovisual), desde início dos anos 50, proporcionou significativas discussões sobre políticas públicas e negócios para o setor. Em seus mais de 70 anos de contribuições ao cinema nacional, já realizou oito congressos: no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza e Porto Alegre. O 9° CBCa, em Brasília, foi o primeiro Congresso no Centro-Oeste.

16 Sobre formação, a pesquisa de mercado desenvolvida pela FIRJAN em parceria com o Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (SICAV) denominada "Estudo de Demanda Profissional do Setor Audiovisual" expõe expressiva demanda por mão de obra nesse contexto de retomada e ampliação do mercado audiovisual.

> da indústria cinematográfica hollywoodiana – sobretudo no seu uso de estratégias de naturalização das práticas e ideologias construídas segundo os interesses de determinados grupos (Bahia, Butcher & Tinen, 2022, p.114).

Neste ano de 2024, foi lançado pela Secretaria de Regulação da ANCINE e pelo Observatório de Cinema e Audiovisual (OCA[17]), o Panorama de Mercado de Vídeo por Demanda no Brasil 2023. O Panorama analisou os 24 principais serviços ofertados pelo país e destaca que as plataformas brasileiras possuem maior participação de conteúdos brasileiros e as estrangeiras a participação brasileira não ultrapassa 5%. A metodologia usada pelo Panorama cruzou as informações secundárias com dados primários da agência reguladora. O cruzamento permitiu identificar, nos catálogos analisados, aqueles títulos que têm as características necessárias para serem consideradas obras brasileiras independentes, possibilitando, ainda, diferenciar as obras cujos direitos patrimoniais são de propriedade de empresas brasileiras, daquelas que, mesmo sendo produzidas no país, são de propriedade de empresas estrangeiras. A Ancine esclarece na apresentação do Panorama que não tem acesso a dados primários e, por isso, foi contratado o serviço privado prestado pela BB Media (TelaViva, 2024).

Desde 2010, o mercado audiovisual plataformizado, e agora unificado[18], pelo streaming é um tema constante de debates devido à

17 Pesquisas desenvolvidas pelo OCA: Painéis interativos, periodicamente atualizados, com os resultados do cinema brasileiro; Dados Abertos da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), em atendimento ao Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016; Informes, Estudos e principais publicações em destaque; Painel dos Agentes Econômicos; Painel Indicadores do Mercado de Exibição (com atualização semanal); Panorama do Mercado de VOD no Brasil; Dados de bilheteria, distribuição, parque exibidor, produção e coprodução internacional; Dados e informações acerca dos agentes econômicos e de obras registradas; Informações sobre televisão aberta e paga, como programação e empacotamento de canais; Dados sobre recursos incentivados, investimento (FSA e outros mecanismos) e arrecadação da CONDECINE; Indicadores das atividades do mercado audiovisual em salas de exibição, televisão e outras mídias; Informações sobre vídeo por demanda (VoD), vídeo doméstico e janelas de exibição de longas-metragens.

18 A unificação das plataformas de streaming tem sido uma discussão predominante enquanto tendência desse mercado para o ano de 2024.

alta concentração das plataformas do norte global, sobretudo da Califórnia (EUA). Embora o Brasil possua iniciativas de plataformas locais, o mercado é dominado por *majors* como Netflix e Amazon Prime Video. Portanto, quando setores da sociedade civil se organizam para recomendar políticas para o setor, o faz também desde a observação de assimetrias como o fato de que mesmo diante de uma discussão sem volta sobre a regulação do streaming, ainda persiste no Brasil desigualdades basilares como ressaltadas pela pesquisa TIC Domicílios 2022 divulgada em 2023. Os dados informam sobre a desigualdade do acesso à internet no Brasil, onde 28% dos domicílios, equivalentes a 15 milhões, não dispõem do serviço devido ao alto preço. Avulta-se que a Região Norte tem o maior percentual de domicílios sem internet: 48%. Em segundo lugar, está a Região Nordeste, com 28% dos domicílios.

Por outro lado, cabe reforçar que o audiovisual brasileiro tem sido responsável por uma parcela do PIB maior do que a gerada pela fabricação de carros, caminhões e ônibus, como apontam os dados da MPA. Por isso, este trabalho buscou discutir o panorama das pesquisas difundidas em 2023 e quais seus interesses mais predominantes. Buscou-se também demonstrar como o setor audiovisual carece de pesquisas publicadas em relatórios unificados, tal como o exemplo do México, que fortaleçam as políticas públicas para a retomada da indústria do setor, como também, e principalmente, com as iniciativas descentralizadas e independentes.

Como visto, são inúmeras iniciativas para medir o valor econômico do audiovisual, por isso algumas experiências internacionais buscam parcerias com pesquisadores de universidades, além dos analistas e especialistas de mercado. Esse tipo de colaboração reconhece e ajuda a construir uma espécie de rede nacional de conhecimento distribuído para pesquisas relacionadas a políticas públicas num país (McCaughey, Duxbury, Meisner, 2014). Nesse sentido, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) do Brasil pode ser um robusto aliado para a capilarização dos dados e a federalização das pesquisas. Um pacto

federativo para produção e interpretação das informações e indicadores. O cruzamento de dados também opera no horizonte das pesquisas internacionais no campo cultural e audiovisual. Um dado estatístico que produza um indicador, por exemplo, sobre o envelhecimento populacional é imensamente relevante para políticas públicas culturais e políticas públicas para o audiovisual.

Como início de uma discussão lacunar no mercado e no âmbito acadêmico, esse trabalho propôs discutir a presença do Audiovisual na Conta Satélite de Cultura (CSC). Para isso apresentou as principais discussões conceituais que envolvem a criação de uma CSC com exemplos de países latino-americanos, a necessidade de sua consolidação no Brasil, e ampliou o debate defendendo a necessidade de um levantamento periódico de informações e indicadores do Audiovisual como política de Estado. Utilizou-se como estudo de caso o México, por meio de seu anuário fruto de dados do audiovisual disponíveis na conta satélite da cultura do país.

A tônica é produzir dados para poder usá-los, aplicá-los, considerá--los. Além da preocupação sobre como os dados são produzidos, seus usos, e as metodologias empregadas, é crucial observar marcadores de desenvolvimento sociais com dados sobre público, programação, curadoria, diversidade cultural, impacto sociocultural, identificação de padrões e lacunas, desenvolvimento de métricas para avaliar acessibilidade, participação de minorias, engajamentos comunitários na preservação e memórias culturais, entre tantos outros. Por fim, trata-se de uma contribuição aos estudos de retomada do audiovisual e da produção de dados.

Referências

AUTRAN, A. **O pensamento industrial cinematográfico brasileiro**. São Paulo: Hucitec editora, 2013.

BAHIA, Lia; BUTCHER, Pedro; TINEN, Pedro. **O setor audiovisual e os serviços de streaming**. Revista Eletrônica Internacional de Economia

Política da Informação, da Comunicação e da Cultura – Epetic, v. 24, n. 3, set–dez, 2022, p. 101–116.

BAHIA, Lia. **Políticas públicas para o cinema e audiovisual em três atos: os movimentos de cinema e audiovisual no Brasil nos anos 2000**. Revista Espirales, v. 7, n. 2, 2023.

CALABRE, Lia; TAVARES, Thiago da Silva. **O Fundo Setorial do Audiovisual e as políticas audiovisuais: interfaces com os estudos de cultura visual**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 34, p. 197–220, 2021.

IKEDA, Marcelo Gil. **O papel da Ancine nas políticas públicas para o audiovisual brasileiro**. Revista Extraprensa, v. 14, n. 2, p. 122–142, 2021.

LEIVA, Ma Trinidad García; ALBORNOZ, Luis A.; GÓMEZ, Rodrigo. ***Netflix y la transnacionalización de la industria audiovisual en el espacio iberoamericano***. Comunicación y sociedad, 2021.

LINS, Cristina Pereira de Carvalho. **Documento técnico contendo mapeamento detalhado sobre as informações complementares e indicadores a serem construídos para subsidiar o monitoramento do Plano Nacional de Cultura e a elaboração da Conta Satélite da Cultura**. 2016.

MANTECON, Rosas Ana. **Ir al cine**. ***Antropología de los públicos, la ciudad y las pantallas***. Gedisa/Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, México, 2017.

MCCAUGHEY, Claire; DUXBURY, Nancy; MEISNER, Adam. ***Measuring cultural value in Canada: from national commissions to a culture satellite account***. **Cultural Trends**, v. 23, n. 2, p. 109–119, 2014.

MORAIS, Kátia; JAMBEIRO, Othon. **Por uma economia política do audiovisual no capitalismo global**. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, v. 22, n. 3, p. 185–204, 2020.

VALIATI, Leandro. MORRONE, Henrique. **Conta Satélite de Cultura do Brasil: considerações técnicas e paradigmas internacionais**. UFRGS, 2014. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1737916/conta-sat%C3%A9lite-de-cultura-do-brasil.-ufrgs.2014>

VALIATI, Leandro. FIALHO, Ana Leticia do Nascimento (orgs). **Atlas econômico da cultura brasileira: metodologia I**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.